

Guimarães, Pedro Herculano; de Souza, Ferreira; Osorio, Rafael Guerreiro

Working Paper

A redução das disparidades regionais e a queda da desigualdade nacional de renda (1981-2009)

Texto para Discussão, No. 1648

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Guimarães, Pedro Herculano; de Souza, Ferreira; Osorio, Rafael Guerreiro (2011) : A redução das disparidades regionais e a queda da desigualdade nacional de renda (1981-2009), Texto para Discussão, No. 1648, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/91028>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1648

TEXTO PARA DISCUSSÃO

A REDUÇÃO DAS DISPARIDADES REGIONAIS E A QUEDA DA DESIGUALDADE NACIONAL DE RENDA (1981-2009)

Pedro Herculano Guimarães
Ferreira de Souza

Rafael Guerreiro Osorio

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

A REDUÇÃO DAS DISPARIDADES REGIONAIS E A QUEDA DA DESIGUALDADE NACIONAL DE RENDA (1981-2009)

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza*
Rafael Guerreiro Osorio*

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1415-4765

JEL: R11, D63:

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REGIÕES METROPOLITANAS E DESIGUALDADE REGIONAL.....	8
3 DECOMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES NA RENDA PER CAPITA DAS REGIÕES NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS.....	15
4 EFEITOS DA DESIGUALDADE REGIONAL SOBRE A DESIGUALDADE INTERPESSOAL DA RENDA.....	23
5 CONCLUSÕES.....	28
REFERÊNCIAS.....	31
ANEXO.....	34

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é descrever o processo em curso de convergência de renda entre o Brasil metropolitano e o não metropolitano, investigando-se alguns de seus motivos e destacando-se sua importância para a queda da desigualdade interpessoal de renda. Por um lado, a análise mostra que, desde o início dos anos 1980, a renda domiciliar *per capita* cresceu em ritmo muito mais rápido no Brasil não metropolitano, sendo que mais de 60% deste crescimento derivou da contribuição da renda do trabalho. Por outro, nas regiões metropolitanas (RMs), cerca de dois terços do aumento da renda resultou da expansão da Previdência Social. No período 1981-2009, a redução da desigualdade entre as grandes metrópoles e o restante do Brasil respondeu por 51% da queda total da desigualdade; no período 1995-2009, por 20%. Caso não tivesse havido esta convergência, a desigualdade de renda em 2009 seria aproximadamente 10% maior que a observada.

ABSTRACTⁱ

This paper aims to describe the ongoing process of regional convergence among Brazilian metropolitan areas and the rest of the country, examining its main reasons and highlighting its importance to the overall decline in income inequality. Our analysis shows that, since the early 1980's, per capita real incomes grew faster in non-metropolitan areas, which were propelled by a booming labor market which accounted for over 60% of the growth. On the other hand, about two-thirds of the income growth in metropolitan areas was caused by the expansion of Social Security benefits. Between 1981 and 2009, the decrease in inequality between metropolitan and non-metropolitan areas accounted for 51% of the total decrease in income inequality; between 1995 and 2009, 20%. Had this convergence not occurred, per capita income inequality in 2009 would be 10% higher than observed.

i. *The versions in English of this series have not been edited by Ipea's editorial department.*

As versões em língua inglesa das sinopses (*abstracts*) desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, a combinação de crescimento econômico com redução da desigualdade na distribuição interpessoal da renda gerou ganhos de bem-estar para todos e diminuição acentuada da pobreza. Porém, o desempenho não foi uniforme no território, e o foco na distribuição nacional de renda às vezes relega ao segundo plano algumas mudanças recentes e relevantes na desigualdade regional. A diminuição do abismo que separava as regiões metropolitanas (RMs) e o restante do Brasil, em particular, nem sempre é considerada nas análises da queda da desigualdade de renda. O objetivo deste trabalho é chamar atenção para este fenômeno – extremamente positivo –, analisando alguns dos motivos da convergência de renda entre o Brasil metropolitano e o não metropolitano, bem como sua contribuição para a reconfiguração e a queda da desigualdade.

A análise conduzida sugere que o menor crescimento econômico das grandes metrópoles deriva de modificações na distribuição espacial das atividades produtivas, que teria contribuído para a diminuição das desigualdades regionais. Apesar de o ritmo mais lento ser fonte de insatisfação para os governantes e os habitantes das RMs, o único caminho para um país internamente menos desigual é o crescimento relativo mais acelerado das regiões não metropolitanas, que contribui para desbasta a desigualdade interpessoal de renda. Se, nas últimas décadas, não tivesse havido convergência, e a razão entre as rendas médias do Brasil metropolitano e do não metropolitano em 2009 fosse idêntica à de 1981, a desigualdade brasileira seria quase 10% mais alta.

Neste texto, a análise dos resultados que apontam a convergência de renda entre as regiões metropolitanas e o restante do país é precedida por seção que recapitula parte da história do processo de institucionalização das RMs e da discussão das desigualdades regionais, incluindo a revisão de alguns dos estudos empíricos mais recentes. A análise propriamente dita começa pela caracterização da evolução da renda média das RMs e do restante do Brasil no período 1981-2009, enveredando, a seguir, pelos efeitos da convergência regional de renda sobre a desigualdade interpessoal de renda. A seção final resume as principais conclusões a que se pode chegar a partir da análise.

2 REGIÕES METROPOLITANAS E DESIGUALDADE REGIONAL

Há décadas, as desigualdades regionais são objeto de reflexões no pensamento social brasileiro e latino-americano; em especial, entre os autores que, em meados do século passado, dedicaram-se ao problema do desenvolvimento econômico e social. *Grosso modo*, estes autores compartilhavam a ideia de que o subdesenvolvimento se caracterizava pela industrialização restrita e pela “heterogeneidade estrutural” do aparelho produtivo, que tendia a reproduzir e acentuar as desigualdades regionais.

Não é possível resumir toda a produção sobre o assunto, mas podem-se fornecer exemplos do quão variados são os enfoques analíticos sobre os nexos entre a desigualdade regional e o desenvolvimento nacional. As sociedades em desenvolvimento foram definidas por Pinto (1965) como sociedades desigualmente desenvolvidas: a não generalização do desenvolvimento estaria por trás da marginalidade estrutural, da convivência tensa e imbricada entre o tradicional e o moderno. Frank (1973), por sua vez, interpretou a desigualdade interna dos países subdesenvolvidos como a replicação em plano nacional das relações metrópole – satélite: a própria dinâmica capitalista geraria metrópoles regionais que se nutrem do “atraso” das demais regiões que orbitam na sua zona de influência.

Furtado (1974, 2003), por sua vez, pensou o subdesenvolvimento como consequência do impacto, nas sociedades periféricas, de processos técnicos gerados nos países centrais. Para ele, a industrialização significou a emergência de setor industrial restrito, com alta tecnologia e elevada capitalização, visando atender ao padrão de consumo sofisticado das elites modernizadas. Isto resultava em desequilíbrios estruturais – como o aumento da produtividade do trabalho neste setor simultâneo à ampliação do excedente estrutural de mão de obra – e acirramento das disparidades regionais – visto que as economias de aglomeração deste setor beneficiam diretamente a população da região mais desenvolvida. Abordando o fenômeno por outro ângulo, Lopes (1978) destacou o descolamento dos processos de urbanização (“generalizada”) e industrialização (“restrita”) e a colaboração dos subsídios cambiais e financiamentos governamentais para o desenvolvimento da região Centro-Sul, o que redundou no aumento das disparidades regionais e da concentração industrial.

Independentemente de seus méritos e de suas diferenças, essas análises reforçam a interpretação – e o lamento – tradicional das desigualdades regionais como constitutivas do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. A percepção do obstáculo que as desigualdades regionais ofereciam ao desenvolvimento do país como um todo tornou-se mais aguda à medida que a rápida urbanização registrada em meados do século passado conferia visibilidade à distância que separava o resto do Brasil dos grandes centros urbanos, que eram os motores do desenvolvimento econômico, mas enfrentavam problemas para lidar com o crescimento populacional.

Essas discrepâncias e as especificidades dos grandes centros urbanos refletiram-se politicamente na criação, no biênio 1973-1974, de nove RMs oficiais: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Sua institucionalização pelo governo militar vinculava-se à estratégia de desenvolvimento enunciada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado no fim de 1974.

Organizadas em dois conselhos – um deliberativo e um consultivo – e com incentivos financeiros do governo federal, as RMs deveriam ser “um meio e instrumento da política do Estado central para desenvolver o país, por meio da canalização de investimentos para esses territórios” (COSTA, MATTEO e BALBIM, 2010). Seu papel, portanto, era de promoção do planejamento e da prestação de serviços comuns em contexto de rápido adensamento demográfico e de novos desafios e problemas que, supunha-se, só poderiam ser resolvidos de forma integrada.

Com efeito, durante os anos 1970, as RMs foram objetos privilegiados de órgãos do planejamento estatal, como foi o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) (ROCHA, 2000). No entanto, como argumentam Moura *et al.* (2003), algumas dificuldades logo se tornaram visíveis: em primeiro lugar, o critério técnico de seleção das áreas que seriam institucionalizadas como regiões metropolitanas foi fragilizado com a inclusão de regiões como a de Belém em detrimento de locais com maior dinâmica metropolitana, como Brasília. Além disso, na prática, as RMs reproduziram as características autoritárias e centralizadoras da época, com forte ingerência do governo federal e municípios relegados a um papel subalterno.

Dadas essas características e as próprias falhas de articulação entre as esferas de governo, a gestão metropolitana acabou sendo esvaziada e enfraquecida desde a redemocratização, que trouxe em seu bojo fortes demandas dos municípios por maior participação (SOUZA, 2003).

A partir da Constituição Federal de 1988 (F/88), a responsabilidade de institucionalizar novas unidades regionais ou alterar a composição das já existentes passou para os governos estaduais, sem que fossem estabelecidos quaisquer critérios comuns de regulação. Com isso, houve proliferação do número de RMs, muitas das quais se afastam muito daquilo que o senso comum caracterizaria de fato como aglomerado metropolitano, prejudicando a legitimidade de sua institucionalização (GARSON, 2009). No início de 2010, por exemplo, havia no Brasil 39 RMs e regiões integradas de desenvolvimento econômico (Rides), que compreendiam 476 municípios, caracterizando processo de “metropolização institucional” extremamente fragmentado, que não se fez acompanhar pela criação de sistemas de gestão metropolitana de fato (COSTA, MATTEO e BALBIM, 2010).¹

2.1 PECULIARIDADES DA DINÂMICA POPULACIONAL E ECONÔMICA DAS RMS ORIGINAIS

O grupo original de RMs – isto é, as nove regiões metropolitanas institucionalizadas por leis federais complementares no biênio 1973-1974 – desde sempre se destaca do restante do Brasil em algumas dimensões fundamentais, embora haja sinais claros de mudanças em curso. As tabelas 1 e 2 ilustram o forte processo de concentração populacional nas RMs em meados do século XX e a tendência mais recente de convergência das taxas de crescimento anual entre as RMs e o restante do Brasil. Em 1940, as RMs abrigavam pouco menos de 16% da população brasileira; em 1980, já eram quase 30%. A população da região metropolitana de São Paulo (RMSP) foi a que mais cresceu: era oito vezes maior em 1980 que em 1940, enquanto a população brasileira cresceu apenas 2,9 vezes.

1. Com exceção das nove RMs originais, todas as outras trinta foram criadas a partir de meados dos anos 1990. A Ride do Distrito Federal (DF), por exemplo, que é comumente agrupada às demais RMs, foi institucionalizada apenas em 1998 e, por este motivo, não foi considerada nesta análise.

TABELA 1
População das regiões metropolitanas, do restante do Brasil e do Brasil como um todo (1940-2010)

Região	População (milhões)							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Belém	0,2	0,3	0,4	0,7	1,0	1,4	1,8	2,0
Belo Horizonte	0,4	0,6	1,0	1,7	2,7	3,5	4,3	4,9
Curitiba	0,3	0,3	0,6	0,9	1,5	2,1	2,7	3,1
Fortaleza	0,3	0,5	0,7	1,1	1,7	2,4	3,0	3,5
Porto Alegre	0,6	0,8	1,3	1,8	2,5	3,2	3,7	4,0
Recife	0,6	0,8	1,3	1,8	2,4	2,9	3,3	3,7
Rio de Janeiro	2,2	3,2	4,9	6,9	8,8	9,8	10,9	11,7
Salvador	0,3	0,5	0,7	1,1	1,8	2,5	3,0	3,5
São Paulo	1,6	2,7	4,8	8,1	12,6	15,4	17,9	19,7
Total das RMs	6,5	9,6	15,6	24,1	34,8	43,3	50,7	56,1
Restante do Brasil	28,1	32,7	39,4	44,9	49,4	60,3	68,4	78,6
Brasil	41,2	51,9	70,6	93,1	119,0	146,8	169,8	190,7

Fonte: Ipeadata.

TABELA 2
Taxa média anual de crescimento populacional das regiões metropolitanas, do restante do Brasil e do Brasil como um todo (1940-2010)

Região	Taxa média anual de crescimento (%)						
	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Belém	2,7	4,7	4,7	4,3	2,9	2,8	1,3
Belo Horizonte	3,7	5,8	5,7	4,5	2,5	2,4	1,1
Curitiba	2,5	5,2	4,7	5,5	2,9	3,2	1,4
Fortaleza	3,1	4,2	4,5	4,2	3,5	2,4	1,7
Porto Alegre	2,9	4,1	3,3	3,5	2,5	1,6	0,6
Recife	3,9	4,2	3,7	2,7	1,9	1,5	1,0
Rio de Janeiro	3,6	4,4	3,5	2,4	1,0	1,2	0,7
Salvador	3,3	4,8	4,5	4,4	3,2	2,1	1,4
São Paulo	5,4	6,1	5,4	4,5	1,9	1,6	1,0
Total das RMs	3,9	5,0	4,4	3,7	2,0	1,8	1,0
Restante do Brasil	1,5	1,9	1,3	0,9	1,8	1,4	1,4
Brasil	2,4	3,1	2,8	2,5	1,9	1,6	1,2

Fonte: Ipeadata.

A partir de 1980, pode-se verificar o que Andrade e Serra (2001a) chamaram de “processo de reversão da polarização populacional”, com a emergência das cidades médias, que vêm crescendo em ritmo mais forte que o dos grandes centros urbanos.² Isto pode ser percebido na convergência entre as taxas de crescimento médio anual das RMs e do restante do Brasil, que fez com que a participação das RMs na população total tenha permanecido razoavelmente constante desde 1980, ficando em torno de 30%.

2. Ver também Lemos (2006).

Vale notar que, no período 2000-2010, há inclusive queda de 0,5% na participação das RMs na população total.

Nas últimas três décadas, a RMSP – que apresentara anteriormente as maiores taxas de crescimento populacional, inclusive por ser um dos principais destinos migratórios do país – registrou taxas inferiores às de outras RMs. Assim, recentemente, o crescimento da população metropolitana está concentrado em RMs menores, como Curitiba e Fortaleza. Além disso, há indícios de que o crescimento das periferias tem superado largamente o dos núcleos metropolitanos, o que não se verificava antes da década de 1970 (BRITO e SOUZA, 2005).

Apesar de todas essas mudanças, ainda há evidências fortes de que a estrutura urbana brasileira é bastante concentrada em relação à de países desenvolvidos. Ruiz (2005), por exemplo, mostra haver predominância desproporcional de grandes centros urbanos no Brasil, em contraste ao que ocorre nos Estados Unidos, em que as cidades médias têm maior importância demográfica e econômica.³

No que diz respeito à renda, boa parte da literatura recente tende a dedicar-se mais à análise do território nacional desagregado por municípios ou áreas mínimas comparáveis⁴ que à clivagem entre as RMs e o restante do Brasil. Entre estes, há trabalhos que destacam a convergência do produto interno bruto (PIB) *per capita* entre municípios no Brasil. Andrade *et al.* (2003) concluem que, no período 1970-1996, esta convergência seguiu ritmo próximo ao observado em outros países, como Japão e Estados Unidos, ao longo do século XX. A partir da análise da trajetória de 123 aglomerados urbanos no período 1970-2000, Mata *et al.* (2006) também constataram a convergência da renda, chamando atenção à importância da descentralização da indústria da transformação.

Outras análises, como a de Gondim, Barreto e Carvalho (2007), sustentam que as mudanças geraram, em última instância, clubes de convergência. Os municípios do

3. Algumas outras comparações abrangentes, no entanto, sugerem que a distribuição espacial da população brasileira não é particularmente concentrada, sobretudo quando comparada com a de outros países em desenvolvimento (Soo, 2005; Egler e Araújo Sobrinho, 2010).

4. Desde o século XIX, a composição municipal do Brasil passou por várias mudanças. Apenas no que diz respeito ao número de municípios, houve salto de pouco mais de 600, em 1872, para 5565, em 2010. Com isso, para possibilitar a realização de comparações regionais consistentes ao longo do tempo, opta-se normalmente por agregar os municípios nos menores grupos possíveis que apresentem estabilidade temporal. Os agregados assim gerados são chamados de “áreas mínimas comparáveis” e seu número e sua composição dependem do período temporal de interesse na análise.

Norte e do Nordeste formariam um clube, e o outro seria composto pelos do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste. Magalhães e Miranda (2009) também defendem esta tese ao analisar o desenvolvimento humano, pois, de 1970 a 2000, haveria forte convergência educacional, mas fraca convergência na longevidade, acompanhada por convergência entre clubes na dimensão da renda. Magalhães e Rabelo (2006) argumentam ainda que, no período 1991-2000, o maior crescimento da renda *per capita* dos municípios mais pobres de cada Unidade da Federação (UF) reflete mais uma mudança pontual (o aumento das transferências federais para os municípios) que uma “redução sustentável” da desigualdade.

Estudos que consideram o papel das RMs na desagregação do território nacional também apontam a convergência da renda. Andrade e Serra (2001b) salientam que, entre 1975 e 1996, a convergência foi provocada pelo maior dinamismo econômico dos centros regionais, em detrimento das RMs. Nesse período, enquanto o PIB *per capita* no Brasil cresceu à média de 0,76% ao ano (a.a), o das RMs mais ricas (São Paulo e Rio de Janeiro) registrou crescimento médio de, respectivamente, -0,26% e -0,37% ao ano. Como se vê na tabela 3, entre os anos 1970 e 1990, a participação das RMs no Produto Interno Bruto (PIB) nacional caiu mais de 7 pontos percentuais. Enquanto o PIB *per capita* do resto do Brasil aumentou 38%, o das RMs permaneceu basicamente constante, graças ao fraco desempenho de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, regiões onde houve contração. Portanto, a convergência entre as RMs e o restante do Brasil foi motivada em boa parte pelo menor desempenho das três RMs mais ricas.

TABELA 3
Participação percentual no PIB nacional e no PIB *per capita* das regiões metropolitanas, do restante do Brasil e do Brasil como um todo (1975-1996)

Região	Participação no PIB nacional (Em %)		PIB <i>per capita</i> (1996) (Em R\$)		
	1975	1996	1975	1996	Δ (%)
Belém	0,5	0,7	2.546	5.329	109
Belo Horizonte	3,0	2,9	5.553	6.831	23
Curitiba	1,4	2,1	4.981	7.369	48
Fortaleza	0,7	1,1	3.144	3.500	11
Porto Alegre	4,1	4,1	6.371	6.037	-5
Recife	1,8	1,6	1.999	2.875	44
Rio de Janeiro	13,3	9,7	6.509	6.022	-7
Salvador	1,8	2,9	4.850	5.645	16
São Paulo	25,4	19,6	9.875	9.327	-6
Total das RMs	52,1	44,7	6.875	6.937	1
Restante do Brasil	47,9	55,3	2.553	3.522	38
Brasil	100	100	3.754	4.405	17

Fonte: Andrade e Serra (2001b).

Elaboração dos autores.

Boa parte dessas mudanças decorreu da desconcentração da produção industrial, como mostram as tabulações feitas por Lemos *et al.* (2003), com base nos dados de Andrade e Serra (2000): em 1975, as RMs respondiam por 60% do produto industrial no país; em 1996, por 50%. Somente a participação da RMSP caiu de 37% para cerca de 25%.

O processo parece ter continuado para além de meados dos anos 1990, como se vê na tabela 4: entre 1995 e 2003, o desempenho do conjunto das RMs é bem inferior ao do Brasil não metropolitano no que diz respeito tanto à expansão do emprego formal quanto à do formal industrial. Neste último caso, há, inclusive, retrocesso no número absoluto de empregos, puxado, mais uma vez, pelos maus números de São Paulo e Rio de Janeiro. Como escrevem Ramos e Ferreira (2005), os maiores beneficiários deste declínio dos grandes polos industriais brasileiros foram, em geral, as áreas não metropolitanas de seus próprios estados e, em alguns casos, dos estados vizinhos.

TABELA 4
Emprego formal e emprego formal industrial nas regiões metropolitanas,
no restante do Brasil e no Brasil como um todo (1995-2003)

	Emprego formal (milhares)			Emprego formal industrial (milhares)		
	1995	2003	Δ (%)	1995	2003	Δ (%)
Belém	282	320	13	19	25	29
Belo Horizonte	1.094	1.268	16	161	150	-7
Curitiba	689	778	13	113	139	24
Fortaleza	444	553	25	83	110	33
Porto Alegre	854	1.010	18	213	236	11
Recife	575	633	10	77	71	-8
Rio de Janeiro	2.235	2.290	2	285	211	-26
Salvador	583	735	26	52	53	0
São Paulo	4.557	4.929	8	1185	914	-23
Total das RMs	11.940	13.326	12	2206	1928	-13
Restante do Brasil	11.805	16.219	37	2692	3428	27
Brasil	23.746	29.545	24	4897	5356	9

Fonte: Ramos e Ferreira (2005).

Essas evidências indicam mudança na relação entre as RMs e o restante do Brasil. Esses dois grupos regionais apresentam trajetórias antagônicas nas últimas décadas, que implicaram a reconfiguração do perfil regional da pobreza e da desigualdade. Ao se ater apenas aos números agregados para o Brasil como um todo, perde-se de vista a diferença entre as duas trajetórias, que, no total nacional, às vezes se anulam.

Tome-se o caso da informalidade: segundo Ramos e Ferreira (2005), entre 1992 e 2003, ela permanece em patamar razoavelmente constante em nível nacional, resultado, de um lado, de seu aumento expressivo nas RMs e, de outro, de sua queda nas demais áreas. O próprio tom apocalíptico adotado por muitos autores ao falar do mercado de trabalho, sobretudo nos anos 1990, pode ser parcialmente entendido pelo fato de que muitas análises basearam-se em dados relativos, principalmente, às RMs, com grande utilização, por exemplo, da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), cuja cobertura restringe-se apenas às seis maiores RMs.⁵ Devido a esta restrição, os resultados são muito influenciados por Rio de Janeiro e São Paulo – as RMs com os piores desempenhos –, mas não refletem o ocorrido no restante do país. Não se pode negar o desempenho fraco das RMs, mas não se deve esquecer que uma de suas causas é um processo de desconcentração produtiva em curso há décadas.

3 DECOMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES NA RENDA *PER CAPITA* DAS REGIÕES NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

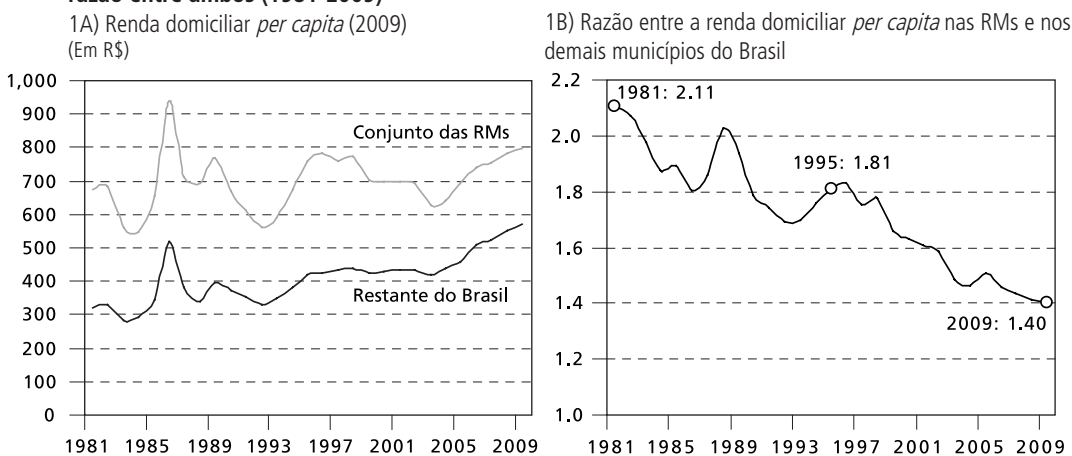
O movimento de longo prazo de convergência de renda média entre as RMs e o restante do Brasil também pode ser detectado na renda domiciliar *per capita* verificada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/ IBGE),⁶ tal como exibido nos painéis do gráfico 1. De 1981 a 2009, a razão entre a renda domiciliar *per capita* média nas RMs e no restante do Brasil caiu 33%, ou seja, de 2,11 para 1,4.

Inicialmente, a convergência foi mais intensa em períodos de crise econômica, como no começo e no final dos anos 1980, bem como na segunda metade dos anos 1990. Nesses períodos, a renda nas RMs caiu significativamente, enquanto, no restante do Brasil, manteve-se estável ou teve quedas relativamente bem menores. A partir de 2003-2004, há leve desaceleração da convergência, ao mesmo tempo em que se delinea tendência sólida de crescimento da renda média em todo o país.

5. Ver, por exemplo, Dedecca (1998), Carleial (1998) e Alves (2002).

6. Para manter a compatibilidade da série, a área rural da região Norte, exclusive Tocantins, foi descartada, bem como domicílios com renda ignorada. Em todos os gráficos, os dados para os anos de 1991, 1994 e 2000 foram obtidos por interpolação linear.

GRÁFICO 1

Renda domiciliar *per capita* no conjunto das regiões metropolitanas e no do restante do Brasil e razão entre ambos (1981-2009)

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

Como visto na seção anterior, nos anos de reestruturação produtiva, após a abertura econômica, entre 1996 e 2003, as RMs tiveram crescimento do emprego formal em ritmo mais lento do que o restante do país. Isto se refletiu na variação da renda domiciliar *per capita* média do Brasil metropolitano, que caiu 20%, contra contração de apenas 1% no Brasil não metropolitano. Todas as RMs perderam no período: Belo Horizonte e Porto Alegre apresentaram a menor redução da renda (-9% e -12%, respectivamente); Belém, a maior (-34%); enquanto São Paulo esteve apenas um pouco abaixo da média (-22%).

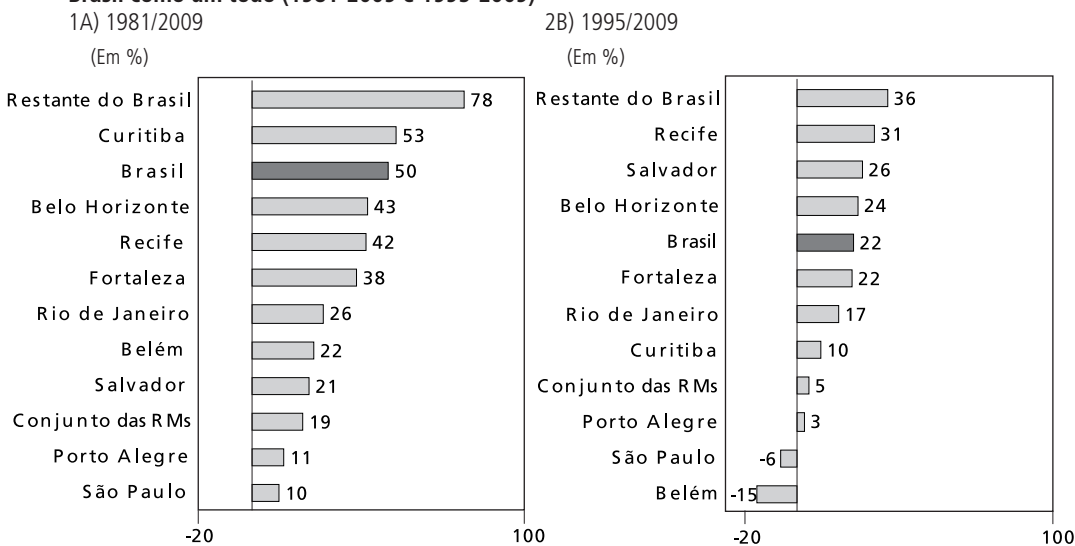
A recuperação das RMs no período mais recente de crescimento, contudo, foi robusta, o que levou à desaceleração – mas não à interrupção – da convergência. A elevação real da renda *per capita* foi de 28%, contra 35% no restante do Brasil. Vale notar, no entanto, que o desempenho das RMs não foi homogêneo. A renda cresceu 35% ou mais em quase todas; porém, nas três mais ricas (Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro), em 2003, os respectivos aumentos foram de 18%, 19% e 27%, o que resultou no crescimento abaixo da média do conjunto das RMs.

Os painéis do gráfico 2 mostram a variação real da renda *per capita* no Brasil, no conjunto das RMs, no Brasil não metropolitano e em cada uma das nove RMs, entre 1981 e 2009 e entre 1995 e 2009. Nos dois períodos, não apenas o Brasil não metropolitano teve resultados acima da média, como também São Paulo – a RM mais rica em

1981 e historicamente o grande centro econômico do país – apresentou um dos piores desempenhos. Em São Paulo e Belém, o crescimento registrado nos anos 2000 não foi suficiente para recuperar as perdas da segunda metade da década de 1990. A única RM com ganhos acima da média nacional foi Curitiba, ao ponto de destronar São Paulo e estabelecer-se como a RM de maior renda domiciliar *per capita* média, a partir de 2007.

GRÁFICO 2

Varição real da renda domiciliar *per capita* nas regiões metropolitanas, no restante do Brasil e no Brasil como um todo (1981-2009 e 1995-2009)



Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

Os determinantes diretos dessas mudanças podem ser investigados com o auxílio de uma decomposição simples da renda média por componentes. A média da renda domiciliar *per capita* é, por definição, igual à soma das médias de suas k rendas *per capita* componentes (renda domiciliar *per capita* oriunda de trabalho, de previdência etc.). Por sua vez, a média de uma renda domiciliar *per capita* componente pode ser expressa como o produto da proporção da população que recebe aquela renda (p_k) pela renda média dos recebedores (\bar{r}_k):

$$\bar{y} = \sum_{i=1}^k \bar{y}_k = \sum_{i=1}^k p_k \cdot \bar{r}_k \quad (1)$$

Para a decomposição, a renda domiciliar *per capita* foi desagregada em três componentes: renda do trabalho, renda de aposentadorias e pensões, e renda de outras fontes (aluguéis, previdência privada, juros e dividendos, transferências sociais e outras).

Obviamente, a simples decomposição da renda média em único ponto não é muito útil para análise, sendo mais profícuo decompor a variação da renda real *per capita* entre dois pontos no tempo. Com um pouco de álgebra simples, a partir da equação (1), chega-se à decomposição aditiva da variação temporal:

$$\Delta \bar{y}_{t,t+1} = \sum_{i=1}^k (\Delta p_k \cdot \bar{r}_{k,t}) + (p_{k,t} \cdot \Delta \bar{r}_k) + (\Delta p_k \cdot \bar{r}_k) \quad (2)$$

Na equação 2, para cada k componente, o primeiro termo indica a contribuição da variação no percentual de pessoas que recebe a renda k , o segundo é a contribuição da variação do valor médio da renda k entre os que a recebem, e o terceiro é a interação de ambas as mudanças. A soma dos três fatores revela o efeito geral da renda k para a variação na renda *per capita* de cada região.

No caso da renda componente oriunda de trabalho, é interessante diferenciar o peso dos fatores demográficos dos fatores ligados ao mercado de trabalho. Para tanto, para a renda do trabalho, a proporção P_k foi decomposta em:

$$P_{trabalho} = P_{pia} \cdot P_{pea} \cdot P_{por} \quad (3)$$

De modo que P_{pia} é a proporção da população com 10 ou mais anos de idade, a população em idade ativa (PIA); p_{pea} é a proporção da PIA que constitui a população economicamente ativa (PEA); p_{por} é a proporção da PEA que exerce ocupação remunerada (os recebedores). A multiplicação $p_{pia} \cdot p_{pea} \cdot p_{por}$ resulta na proporção da população total que exerce ocupação remunerada.

A tabela 5 apresenta os resultados da decomposição mais agregada para a comparação entre 1981 e 2009.⁷ A variação absoluta da renda *per capita* no resto do Brasil foi o dobro do conjunto das RMs: enquanto este último grupo teve um acréscimo de R\$ 125,00 nessas quase três décadas, a renda *per capita* do Brasil não metropolitano aumentou R\$ 250,00. O padrão de crescimento da renda foi distinto nos dois grupos: no conjunto das RMs, quase dois terços do aumento da renda derivou da contribuição de aposentadorias e pensões; no restante do Brasil, a renda do trabalho respondeu por 60% do crescimento.

7. Todos os dados necessários para gerar os resultados apresentados estão disponíveis no Anexo.

TABELA 5

Varição absoluta *per capita* dos componentes da renda e participação relativa de cada componente na variação total: conjunto das regiões metropolitanas e restante do Brasil (1981-2009)

Região	Varição absoluta <i>per capita</i> dos componentes da renda (out./2009) (Em R\$)			
	Trabalho	Aposentadorias	Outras	Total
Conjunto das RMs	51	81	-7	125
Restante do Brasil	154	79	17	250
Região	Participação relativa de cada componente na variação total (Em %)			
	Trabalho	Aposentadorias	Outras	Total
Conjunto das RMs	41	65	-6	100
Restante do Brasil	61	32	7	100

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

A tabela 6 repete essa decomposição para o período 1995-2009, quando a inflação esteve controlada e para o qual as atualizações dos valores nominais do passado para os de 2009, mediante o uso de índices de preços, são menos imperfeitas. Neste período, também houve intensa convergência. A variação absoluta da renda *per capita* no resto do Brasil foi quase quatro vezes maior que nas RMs. Sem a contribuição das transferências da Previdência Social, a renda *per capita* no conjunto das RMs teria diminuído nesse período. No Brasil não metropolitano, por sua vez, todas as rendas subiram, mas o crescimento foi puxado pela renda do trabalho.

TABELA 6

Varição absoluta *per capita* dos componentes da renda e participação relativa de cada componente na variação total: conjunto das regiões metropolitanas e restante do Brasil (1995-2009)

Região	Varição absoluta <i>per capita</i> dos componentes da renda (out./2009) (Em R\$)			
	Trabalho	Aposentadorias	Outras	Total
Conjunto das RMs	-6	49	-4	38
Restante do Brasil	85	51	13	149
Região	Participação relativa de cada componente na variação total (Em %)			
	Trabalho	Aposentadorias	Outras	Total
Conjunto das RMs	-17	129	-12	100
Restante do Brasil	57	34	9	100

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

A decomposição da renda do trabalho e sua contribuição para a variação total da renda *per capita* são apresentadas nas tabelas 7 e 8. Os resultados mostram que a dinâmica demográfica – com aumento da proporção da PEA – favoreceu os aumentos da renda, principalmente nas RMs. Mas, nestas, seu efeito foi minimizado – ou anulado em alguns períodos – pelo aumento do desemprego e, sobretudo, pela queda da renda média dos trabalhadores remunerados. Pode-se, portanto, concluir que a dinâmica demográfica conjugada à expansão da cobertura dos idosos por transferências

da Previdência Social atenuou significativamente os efeitos do baixo desempenho do mercado de trabalho das RMs.

No restante do Brasil, a expansão da PIA e da PEA fez-se acompanhar também pelo aumento da população ocupada remunerada e da renda média do trabalho, sendo que este último fator deu, com o aumento da PIA, a maior contribuição individual para o crescimento da renda média.

TABELA 7
Efeitos absolutos da variação dos componentes da renda do trabalho e participação relativa dos componentes na variação da renda domiciliar *per capita* das regiões metropolitanas e do restante do Brasil (1981-2009)

Região	Efeito absoluto da variação dos componentes da renda do trabalho (out./2009) (Em R\$)					
	PIA	PEA	POR	Renda média	Interação	Renda do trabalho (total)
Conjunto das RMs	67	101	-24	-76	-16	51
Restante do Brasil	44	38	4	45	22	154
Região	Participação relativa dos componentes na variação da renda domiciliar <i>per capita</i> (Em %)					
	PIA	PEA	POR	Renda média	Interação	Renda do trabalho (total)
Conjunto das RMs	54	81	-19	-61	-13	41
Restante do Brasil	18	15	2	18	9	61

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

TABELA 8
Efeitos absolutos da variação dos componentes da renda do trabalho e participação relativa dos componentes na variação da renda domiciliar *per capita* das regiões metropolitanas e do restante do Brasil (1995-2009)

Região	Efeito absoluto da variação dos componentes da renda do trabalho (out./2009) (Em R\$)					
	PIA	PEA	POR	Renda média	Interação	Renda do trabalho (total)
Conjunto das RMs	33	49	-7	-74	-8	-6
Restante do Brasil	27	4	19	29	6	85
Região	Participação relativa dos componentes na variação da renda domiciliar <i>per capita</i> (Em %)					
	PIA	PEA	POR	Renda média	Interação	Renda do trabalho (total)
Conjunto das RMs	87	130	-18	-196	-20	-17
Restante do Brasil	18	2	13	20	4	57

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

O quadro geral, por conseguinte, definitivamente não corresponde aos estereótipos: nas RMs, aumenta o desemprego e cai a remuneração ao trabalho, parcialmente contrabalançadas por cenário demográfico favorável que também auxilia o restante do Brasil. Contudo, fora das RMs, o desemprego cai e a remuneração ao trabalho aumenta. Este desempenho do mercado de trabalho não metropolitano foi responsável por pelo menos um terço do crescimento registrado da renda *per capita*. Se todos os demais fatores tivessem permanecido constantes, a variação observada da remuneração média ao

trabalho entre 1981 e 2009 teria feito a renda média nas RMs cair 11% (R\$ 76,00); no resto do Brasil, esta subiria 14% (R\$ 45,00).

A contribuição das aposentadorias para a variação da renda *per capita* também pode ser mais bem entendida com o auxílio de decomposição adicional para distinguir o efeito do aumento da cobertura do efeito do aumento do valor médio dos benefícios. Esta decomposição é apresentada nas tabelas 9 e 10.

Nas duas comparações, observa-se que o impacto absoluto da Previdência Social na renda *per capita* tanto nas RMs quanto no resto do Brasil é similar. No entanto, como o desempenho das outras fontes – em especial, do mercado de trabalho – foi distinto nas duas regiões, os números relativos são bem diferentes. Por isso, na comparação entre 1981 e 2009, apenas o aumento na proporção de beneficiários da Previdência Social responde por cerca de um terço do crescimento total da renda *per capita* metropolitana, contra somente 12% no restante do Brasil. Na comparação entre 1995 e 2009, observa-se novamente que a Previdência Social contrabalançou em parte os maus resultados do mercado de trabalho nas RMs, impedindo a redução da renda *per capita* metropolitana no período.

No restante do Brasil, o aumento da proporção de beneficiários e do valor médio dos benefícios previdenciários também contribuiu para o crescimento da renda *per capita*, mas menos do que o mercado de trabalho. Uma diferença crucial é o fato de que, no Brasil não metropolitano, o aumento da cobertura contribui quase o mesmo tanto que o aumento do valor médio dos benefícios, enquanto nas RMs o aumento de cobertura responde por fatia bem maior da contribuição da renda da Previdência Social.

TABELA 9

Efeitos absolutos da variação dos componentes da renda de aposentadorias e pensões e participação relativa dos componentes na variação da renda domiciliar *per capita* das regiões metropolitanas e do restante do Brasil (1981-2009)

Região	Efeito absoluto da variação dos componentes da renda de aposentadorias (out./2009) (Em R\$)			
	Proporção de beneficiários	Valor médio	Interação	Renda de aposentadorias (total)
Conjunto das RMs	40	26	15	81
Restante do Brasil	29	24	26	79
Região	Participação relativa dos componentes na variação da renda domiciliar <i>per capita</i> (Em %)			
	Proporção de beneficiários	Valor médio	Interação	Renda de aposentadorias (total)
Conjunto das RMs	32	21	12	65
Restante do Brasil	12	10	10	32

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

TABELA 10

Efeitos absolutos da variação dos componentes da renda de aposentadorias e pensões e participação relativa dos componentes na variação da renda domiciliar *per capita* das regiões metropolitanas e do restante do Brasil (1995-2009)

Região	Efeito absoluto da variação dos componentes da renda de aposentadorias (out./2009) (Em R\$)			
	Proporção de beneficiários	Valor médio	Interação	Renda de aposentadorias (total)
Conjunto das RMs	22	22	5	49
Restante do Brasil	16	27	8	51
Região	Participação relativa dos componentes na variação da renda domiciliar <i>per capita</i> (Em %)			
	Proporção de beneficiários	Valor médio	Interação	Renda de aposentadorias (total)
Conjunto das RMs	58	58	13	129
Restante do Brasil	11	18	5	34

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

Contudo, ambas as regiões beneficiaram-se de forma semelhante, em termos absolutos, das mudanças no sistema brasileiro de proteção social. De 1981 e 2009, houve expansão substantiva dos direitos sociais, principalmente depois da CF/88. O estoque de benefícios da previdência rural, por exemplo, saltou de cerca de R\$ 4 milhões, em 1991, para aproximadamente R\$ 7 milhões, em 2003, um acréscimo de 75% em apenas 12 anos (RANGEL *et al.*, 2009). Ao mesmo tempo, a valorização real do salário mínimo, a segunda metade dos anos 1990 e, particularmente, desde meados dos anos 2000, contribuiu para elevar o valor médio real dos benefícios, uma vez que cerca de dois terços dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) estão vinculados ao piso previdenciário.

Essas técnicas usadas para fazer as decomposições apresentadas permitem a construção de cenários contrafactuais que ajudam a compreender os fenômenos descritos. Os três cenários apresentados na tabela 11 são simulados a partir da substituição de alguns valores observados em 2009 pelos registrados em 1981. No primeiro cenário, as características da Previdência Social – isto é, a proporção de beneficiários e o valor real dos benefícios – são mantidas constantes. No segundo, a proporção de indivíduos ocupados remunerados e sua renda média real permanecem fixas. Finalmente, o terceiro cenário repete o anterior apenas para a RMSP.

TABELA 11

Renda domiciliar *per capita* nas regiões metropolitanas e no restante do Brasil em três cenários contrafactuais

Cenário	Renda <i>per capita</i> (out./2009) (Em R\$)				Razão	Δ (%)
	Conjunto das RMs	Δ (%)	Restante do Brasil	Δ (%)		
PNAD 2009	799	–	570	–	1.40	–
Previdência Social igual a 1981	718	-10	491	-14	1.46	4

(Continua)

(Continuação)

Cenário	Renda <i>per capita</i> (out./2009) (Em R\$)				Razão	Δ (%)
	Conjunto das RMs	Δ (%)	Restante do Brasil	Δ (%)		
População ocupada remunerada e renda média do trabalho iguais a 1981	927	16	505	-11	1.84	31
População ocupada remunerada e renda média do trabalho na RMSP iguais a 1981	856	7	570	-	1.50	7

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

No primeiro cenário, há impactos negativos tanto nas RMs quanto no resto do Brasil, com quedas na renda *per capita*, respectivamente, de 10% e 14%. A razão entre a renda na RM e no resto do Brasil subiria 4%, aumentando um pouco a desigualdade regional. Ou seja, sem as mudanças ocorridas na Previdência Social desde os anos 1980, não só a renda *per capita* nas RMs e no resto do Brasil seria menor, como também a desigualdade entre as duas regiões seria um pouco mais elevada.

No segundo cenário, os efeitos são mais radicais. Se, por um lado, os principais indicadores do mercado de trabalho fossem, em 2009, idênticos a 1981 —, ou seja, se houvesse apenas estagnação, mas não degradação do mercado de trabalho metropolitano —, a renda média *per capita* nas RMs seria 16% maior; por outro lado, se não houvesse melhoria no resto do Brasil, sua renda seria 11% menor. Em consequência disto, a desigualdade regional manteria-se no patamar elevado da década de 1980, cerca de 31% maior que o observado em 2009.

Finalmente, a última linha mostra o peso da crise do mercado de trabalho da RMSP: se apenas esta RM tivesse mantido os mesmos níveis de ocupação e renda do início dos anos 1980, a renda do conjunto das RMs seria 7% maior. Na RMSP propriamente dita, isto implicaria renda *per capita* quase um terço mais alta do que a observada em 2009. A contrapartida disto seria aumento também de 7% na desigualdade regional, medida pela razão entre a renda média das RMs e a do restante do Brasil.

4 EFEITOS DA DESIGUALDADE REGIONAL SOBRE A DESIGUALDADE INTERPESSOAL DA RENDA

A importância da desigualdade regional entre as RMs e o restante do país, bem como das RMs entre si, para a desigualdade interpessoal de renda pode ser medida por qualquer indicador aditivamente decomponível por subgrupos populacionais. O coeficiente de Gini, o indicador mais popular da desigualdade de renda, infelizmente

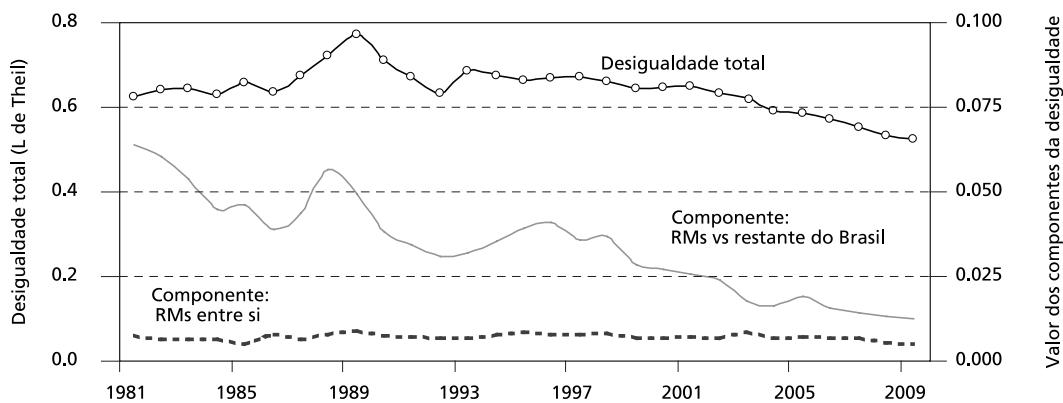
não possui esta propriedade. Por isso, será usado o L de Theil – ou $GE(0)$ –, que possui duas propriedades relevantes para a análise: primeiro, em virtude de a ponderação da desigualdade intragrupos ser feita pelas frações de população, permite interpretação contrafactual da contribuição da desigualdade entre os grupos para a desigualdade total (SHORROCKS, 1980); segundo, por permitir facilmente decomposição “dinâmica” da desigualdade de renda entre dois momentos (MOOKHERJEE e SHORROCKS, 1982).

Além de decompor a desigualdade nacional como a soma da desigualdade entre as RMs e o restante do Brasil com a desigualdade intraRM e a desigualdade no restante do Brasil, a desigualdade intraRM também pode ser decomposta em desigualdade entre as RMs e em cada RM. Como a desigualdade intraRM está hierarquicamente abaixo da desigualdade nacional, é possível estimar a contribuição da desigualdade entre as RMs para a desigualdade nacional (COWELL, 1985).

No gráfico 3, a linha com marcadores corresponde à desigualdade total medida pelo L de Theil, cujos valores absolutos estão no eixo vertical à esquerda. A linha sem marcadores é a parte da desigualdade total produzida pela diferença entre a renda média do conjunto das RMs e do restante do Brasil, e seus valores absolutos estão no eixo da direita. A linha pontilhada que representa a parcela da desigualdade total devida à desigualdade entre as RMs também está associada ao eixo vertical direito.

GRÁFICO 3

Desigualdade total e componentes relativos à desigualdade entre o conjunto das RMs e o restante do Brasil e das RMs entre si – Brasil (1981-2009)



Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

A tendência da desigualdade nacional se enquadra no que já foi descrito por vários estudos dedicados à queda da desigualdade de renda, como os de Soares (2006), Barros, Franco e Mendonça (2006), Hoffmann (2006) e Ferreira *et al.* (2006), entre outros. Excetuando-se o pico devido à hiperinflação em 1989, a desigualdade flutua pouco em torno de um patamar elevado, de 1981 até a segunda metade dos anos 1990, quando começa trajetória de queda, que se acentua a partir dos anos 2000.

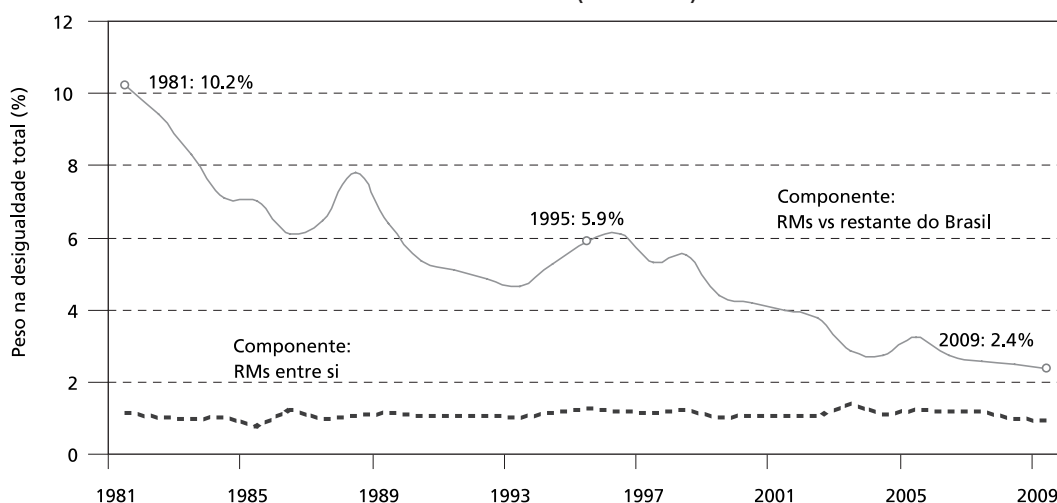
O componente relativo à desigualdade entre as RMs e o restante do Brasil apresenta comportamento distinto, com tendência clara de queda desde o início dos anos 1980, e apenas dois picos temporários (no final dos anos 1980 e em meados da década de 1990), algo esperado como resultado do processo de convergência de renda descrito na seção anterior. Finalmente, a contribuição da desigualdade entre as RMs manteve-se estável ao longo de todo o período.

O gráfico 4 mostra a participação relativa dos dois componentes (desigualdade entre as RMs e o restante do Brasil e desigualdade das RMs entre si) como porcentagem da desigualdade total. Em 1981, o primeiro componente, relativo à desigualdade entre as RMs e o restante do Brasil, representava 10% da desigualdade total. Como o L de Theil pode ser interpretado contrafactualmente, isto significa que a desigualdade brasileira naquele ano seria 10% menor se não houvesse diferença de renda média entre o conjunto das RMs e o restante do país.

Como a desigualdade entre as RMs e o Brasil não metropolitano caiu em ritmo mais rápido que a desigualdade total, o peso deste componente diminui progressivamente ao longo do tempo. Em 1995, ele dava conta de quase 6% da desigualdade total; em 2009, apenas 2,4%, sinalizando a velocidade da convergência de renda entre as regiões. O peso da desigualdade das RM entre si, por sua vez, pouco muda ao longo do tempo, representando cerca de 1% da desigualdade total no Brasil.

GRÁFICO 4

Peso na desigualdade total dos componentes relativos à desigualdade entre o conjunto das RMs e o restante do Brasil e das RMs entre si – Brasil (1981-2009)



Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

Além da análise estática, é possível também fazer a análise dinâmica do L de Theil. Com base em uma divisão em dois períodos (1981-2009 e 1995-2009), pode-se estimar a contribuição da variação da desigualdade entre o conjunto das RMs e o Brasil não metropolitano para a variação da desigualdade total.⁸ A decomposição pode ser feita de acordo com a fórmula:⁹

$$\Delta GE(0) = \sum_{j=1}^k \bar{p}_j \Delta GE(0)_j + \sum_{j=1}^k \overline{GE(0)_j} \Delta p_j + \sum_{j=1}^k [\bar{\lambda} - \log(\bar{\lambda})] \Delta p_j + \sum_{j=1}^k (\bar{v}_j - \bar{p}_j) \Delta \log(\bar{y}_j)$$

em que $GE(0)_j$ é a desigualdade interna do j -ésimo grupo; p_j é a proporção da população no j -ésimo grupo; \bar{e}_j é a razão entre a renda média do j -ésimo grupo e a média geral; v_j é a proporção da renda apropriada pelo j -ésimo grupo; e \bar{y}_j é a renda média do j -ésimo grupo.

O primeiro termo $(\sum_{j=1}^k \bar{p}_j \Delta GE(0)_j)$ é o chamado “efeito puro da desigualdade” – isto é, o efeito de mudanças na desigualdade intragrupos; o segundo $(\sum_{j=1}^k \overline{GE(0)_j} \Delta p_j)$

8. Como tem pouco peso e sua flutuação não segue nenhuma tendência clara, não se realizou a decomposição da desigualdade entre as nove RMs.

9. Ver Mookherjee e Shorrocks (1982).

e o terceiro $(\sum_{j=1}^k [\bar{\lambda} - \log(\bar{\lambda})] \Delta p_j)$ termos são os “efeitos de alocação”, os efeitos de mudanças nos tamanhos dos grupos; e o quarto termo $(\sum_{j=1}^k (\bar{v}_j - \bar{p}_j) \Delta \log(\bar{y}_j))$ é o “efeito renda”, o resultado de mudanças nas diferenças entre as médias dos grupos.

A tabela 12 traz os resultados dessas decomposições.¹⁰ Nos dois casos, vê-se que o “efeito renda” – isto é, a diminuição da desigualdade entre os grupos – apresenta contribuições relevantes para a queda da desigualdade, especialmente no período mais longo, o que se explica por certo arrefecimento da convergência de renda nos últimos anos. Entre 1981 e 2009, a convergência da renda média do conjunto das RMs e do resto do Brasil respondeu por mais da metade da queda da desigualdade; entre 1995 e 2009, por quase 20%. Nos dois casos, todo o resto da variação da desigualdade pode ser atribuído às mudanças em cada grupo: como a fração de população vivendo nas RMs permaneceu basicamente constante ao longo do período, o efeito alocação é bem próximo de zero.

TABELA 12
Decomposição da variação do L de Theil – Brasil (1981-2009 e 1995-2009)

Efeitos	1981-2009		1995-2009	
	Total	(%)	Total	(%)
Efeito puro	-0.048	49	-0.112	81
Efeito alocação	0.000	0	0.000	0
Efeito renda	-0.051	51	-0.027	19
$\Delta GE(0)$	-0.099	100	-0.139	100

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

A partir desses dados, é fácil simular quão alta seria a desigualdade entre indivíduos no Brasil caso a razão entre a renda *per capita* nas RMs e no restante do Brasil tivesse permanecido constante. Os painéis do gráfico 5 mostram os resultados: a renda de cada grupo foi reponderada para que a razão permanecesse em 2,11 (valor registrado em 1981), de forma que apenas a desigualdade interna de cada grupo varia de ano para ano.¹¹ No painel *a*, são apresentados os números absolutos da desigualdade, comparando o L de Theil observado com o simulado; no painel *b*, a variação percentual da desigualdade simulada em relação à observada.

10. As tabelas completas com todos os valores necessários para o cálculo da decomposição estão no Anexo.

11. O tamanho relativo dos grupos também poderia variar, mas o que se observou de fato, como já foi dito, é que ele permaneceu relativamente constante.

GRÁFICO 5

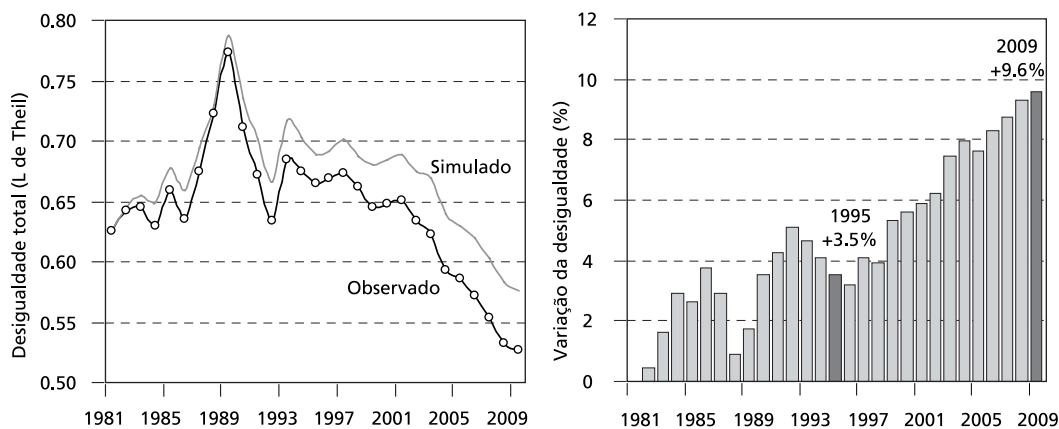
Desigualdade total observada e simulada – Brasil (1981-2009)

5 A) Desigualdade total observada e simulada

5B) Variação da desigualdade simulada em

relação à observada

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

Dada a convergência de renda, as representações gráficas denotam o distanciamento da desigualdade simulada em relação à observada. Em 1995, a desigualdade seria 3,5% maior sem convergência; em 2009, quase 10%. Na ausência de convergência, a queda recente da desigualdade interpessoal de renda teria sido mais lenta: entre 1995 e 2009, o GE(0) observado caiu 21%, mas o simulado recuou apenas 16%.

5 CONCLUSÕES

Nas últimas três décadas, sob a ótica da renda, as nove RMs criadas na década de 1970 tiveram trajetória distinta da do restante do Brasil. Esta diferença produziu duas histórias. Uma é a do Brasil dinâmico e em acelerado desenvolvimento, no qual o aumento das oportunidades de trabalho com remuneração média crescente, aliado à expansão das transferências governamentais, gera significativos ganhos de bem-estar que se traduzem em aumentos da renda média e redução da desigualdade. Outra é a de um Brasil cada vez mais dependente das transferências governamentais, no qual o desemprego aumenta e a remuneração decresce.

Engana-se, porém, quem apressadamente identificar o Brasil metropolitano à primeira história: atualmente, esta é a do resto do Brasil. Durante boa parte do século XX,

algumas das regiões que se tornaram oficialmente RMs na década de 1970 foram, de fato, as locomotivas do desenvolvimento nacional. Ao instituí-las formalmente, o regime militar parece ter pretendido continuar a promover enfaticamente seu desenvolvimento – estratégia que previsivelmente levaria ao aumento da desigualdade, então já pronunciada, entre as RMs e o restante do país.

Contudo, posteriormente, as RMs foram mais afetadas pelas crises dos anos 1980 que o restante do país, os projetos de desenvolvimento que suscitaram sua institucionalização foram relegados ao esquecimento pela redemocratização, e a Constituição de 1988 levou ao aumento das transferências do governo federal para estados e municípios, bem como para a população, por meio da expansão da Previdência Social e da Assistência Social. Por estes e outros motivos, a partir dos anos 1980, as RMs passaram a viver a história que era do resto do Brasil, que, por sua vez, assumiu nova e mais próspera trajetória. A despeito disto, o resto do país ainda não alcançou o nível médio de bem-estar ostentado pelas RMs.

Como quem vai bem a partir dos anos 1980 era quem ia mal antes, e quem passa a ir mal antes estava tão bem a ponto de continuar melhor, a troca de trajetórias gerou reconfiguração da desigualdade regional. Há algum tempo, estudos adotando uma variedade de unidades de análise, como municípios e áreas mínimas comparáveis, já apontavam mudanças em indicadores que sinalizavam a redução da desigualdade regional em vários aspectos. Análises comparando as RMs ao restante do Brasil já haviam chamado atenção para os indicadores de maior dinamismo do Brasil não metropolitano, para a acelerada desconcentração da produção industrial e para a menor expansão do emprego formal e do emprego industrial nas RMs, conjugada ao aumento da informalidade. Tudo isto contribuiu para a convergência da renda e a redução da desigualdade entre o Brasil metropolitano e o restante do país.

A convergência de renda das RMs e do restante do país, a partir dos anos 1980, reflete-se não apenas nos PIBs regionais, mas também em mudanças no nível e na forma da distribuição interpessoal da renda domiciliar *per capita*. Neste caso, os dados apresentados não deixam dúvidas quanto ao protagonismo da renda do trabalho para a convergência. Também mostram que as RMs continuam a ser as regiões mais ricas do país, mas deixaram de ter os mercados de trabalho mais dinâmicos. Sofrem os efeitos da desconcentração produtiva que beneficia o restante do país e contribui para a redução da desigualdade regional.

Os números que delineiam a reconfiguração da desigualdade regional são eloquentes. De 1981 a 2009, a renda domiciliar *per capita* média real no Brasil não metropolitano cresceu R\$ 250,00, ou seja, duas vezes o crescimento nas RMs. A maior parte do crescimento da renda fora das RMs (61%) veio do aumento da renda do trabalho. Em contraste, nas RMs, dois terços do aumento da renda foram devidos ao aumento do número de beneficiários e dos valores transferidos pela Previdência Social, enquanto a remuneração do trabalho caiu e o desemprego e a informalidade aumentaram. No período 1995-2009, se não fosse a contribuição das transferências previdenciárias, principalmente via aumento do número de beneficiários, a renda média real dos habitantes das RMs teria caído.

Graças à convergência de renda, a desigualdade entre regiões se reduziu e contribuiu bastante para a recente queda da desigualdade nacional de renda. Embora a queda seja registrada por todos os indicadores de desigualdade que compartilham as propriedades da curva de Lorenz, a intensidade da contribuição da queda da desigualdade regional para a queda da desigualdade interpessoal de renda depende do indicador escolhido. Por várias razões, aqui se optou pelo L de Theil, que é particularmente sensível às mudanças na extremidade mais pobre da distribuição.

Segundo a decomposição do L de Theil, a redução da desigualdade entre as RMs e o restante do país foi responsável por metade da queda da desigualdade na distribuição nacional da renda domiciliar *per capita* de 1981 a 2009. No período 1995-2009, no qual a queda da desigualdade é bem delineada, a queda da desigualdade regional foi responsável por 20% da queda de renda. Nesse período, a desigualdade de renda caiu 21%, mas, se não tivesse havido convergência da renda, com as médias permanecendo no nível de 1995, a esta desigualdade teria caído apenas 16%.

A reconfiguração em curso da desigualdade regional é positiva para o país, especialmente na medida em que tem passado longe de quaisquer possíveis dilemas entre eficiência e equidade. Apesar disto, é compreensível que os habitantes das RMs tenham interpretação mais pessimista do fenômeno, uma vez que são diretamente afetados pela perda do dinamismo dos mercados de trabalho locais. O ideal, obviamente, é que o processo observado nos últimos anos continue e todos cresçam, ainda que em velocidades diferentes. O que é inevitável, contudo, é que as regiões mais ricas, como as RMs, precisam continuar arcando no mínimo com perdas relativas para que seja

possível diminuir as desigualdades regionais, com todos os efeitos positivos que isto acarreta também sobre a desigualdade interpessoal de renda.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, n.19, p. 71-94, 2002.

ANDRADE, E. *et al.* **Testing convergence across municipalities in Brazil using quantile regression**. São Paulo: Insper, 2003. (Working Paper, n. 34)

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. Estimativas para o Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros: estudo comparativo com os PIBs municipais de Minas Gerais. *In*: PAULA, J. A. *et al.* (Ed.). SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Cedeplar/ UFMG, 2000. v. 2.

_____. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. *In*: _____. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo4_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/1996. *In*: _____. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo3_analise.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. 2 v.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

CARLEIAL, L. Quem tem medo do desemprego no Brasil? **Indicadores Econômicos FEE**, v. 26, n. 2, p. 170-193, 1998.

COSTA, M. A.; MATTEO, M.; BALBIM, R. N. Faces da metropolização no Brasil: desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. *In*: MORAIS, M. P.; COSTA, M. A. (Org.). **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. v. 2. (Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro; Infraestrutura econômica, social e urbana, livro 6).

COWELL, F. A. Multilevel decomposition of Theil's index of inequality. **Review of Income and Wealth**, v. 31, n. 2, p. 201-205, 1985.

DEDECCA, C.S. O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, p. 99-119, 1998.

EGLER, C. A. G.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Rede urbana do Brasil e da América do Sul: caracterização e tendências. *In*: MORAIS, M. P.; COSTA, M. A. (Org.). **Infraestrutura social e urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. v. 2. (Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro; Infraestrutura econômica, social e urbana, livro 6).

FERREIRA, F. H. G. *et al.* Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 147-169, 2006.

FRANK, A. G. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latinoamericano. *In*: PEREIRA, L. (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GARSON, S. Regiões metropolitanas: diversidade e dificuldade fiscal da cooperação. **Cadernos Metrôpole**, v. 11, n. 22, p. 435-451, jul./dez. 2009.

GONDIM, J. L. B.; BARRETO, F. A.; CARVALHO, J. R. Condicionantes de clubes de convergência no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 37, n. 1, p. 71-100, jan./mar. 2007.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões entre 1997 e 2005. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007. 2 v.

LEMONS, M. B. Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes a partir da PNAD. **Parcerias Estratégicas**, n. 22, jun. 2006.

LEMONS, M. B. *et al.* A dinâmica urbana das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia Aplicada**, v. 7, n. 1, p. 213-244, 2003.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MAGALHÃES, J. C. R.; MIRANDA, R. B. Dinâmica da renda *per capita*, longevidade e educação nos municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, v. 39, n. 3, p. 539-569, jul./set. 2009.

MAGALHÃES, J. C. R.; RABELO, R. A. **Diferenças de renda, emprego e desigualdade entre os municípios brasileiros no período de 1991 a 2000**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.250). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1250.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

MATA, D. *et al.* **Um exame dos padrões de crescimento das cidades brasileiras**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.155)

MOOKHERJEE, D.; SHORROCKS, A. F. A decomposition analysis of the trend in UK income inequality. **The Economic Journal**, v. 92, n. 368, p. 886-902, dez. 1982.

MOURA, R. *et al.* Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 105, p. 33-56, jul./dez. 2003.

PINTO, L. A. C. **Sociologia e desenvolvimento**: temas e problemas de nosso tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrão espacial da evolução do emprego formal - 1995-2003**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1.102)

RANGEL, L. A. *et al.* Conquistas, desafios e perspectivas da Previdência Social no Brasil vinte anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988. *In*: IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**: acompanhamento e análise – Vinte anos da Constituição Federal, v. 1, n. 17, p. 41-94, 2009.

ROCHA, S. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. **Econômica**, v. 2, n. 4, p. 5-24, dez. 2000.

RUIZ, R. M. Estruturas urbanas comparadas: Estados Unidos e Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 4, p. 715-737, out./dez. 2005.

SHORROCKS, A. F. The class of additively decomposable inequality measures. **Econometrica**, v. 48, n. 3, p. 613-625, abr. 1980.

SOARES, S. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.166). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1166.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

SOO, K. T. Zipf's law for cities: a cross-country investigation. **Regional Science and Urban Economics**, v. 35, n. 3, p. 239-263, 2005.

SOUZA, C. Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político. **Lua Nova**, n. 59, p. 137-158, 2003.

ANEXO

Tabelas para a decomposição da renda média e do L de Theil

Dados para a decomposição da renda média (1981)

Região	Renda do trabalho			Renda de aposentadorias		Outras rendas		
	Proporções			Renda média (R\$)	Proporção de beneficiários	Benefício médio (R\$)	Proporção de recipientes	Valor médio (R\$)
	PIA	PEA	POR					
Belém	0,750	0,428	0,934	1.160	0,068	705	0,025	798
Belo Horizonte	0,748	0,520	0,912	1.364	0,074	778	0,047	745
Curitiba	0,759	0,540	0,908	1.376	0,061	1.075	0,058	541
Fortaleza	0,731	0,485	0,927	990	0,066	633	0,030	602
Porto Alegre	0,786	0,557	0,938	1.535	0,099	1.006	0,090	462
Recife	0,744	0,447	0,899	1.064	0,074	629	0,033	735
Rio de Janeiro	0,790	0,510	0,923	1.519	0,094	1.057	0,066	807
Salvador	0,722	0,496	0,912	1.460	0,058	822	0,041	799
São Paulo	0,776	0,548	0,915	1.731	0,067	890	0,073	567
Total das RMs	0,770	0,521	0,918	1.529	0,076	917	0,063	649
Restante do Brasil	0,727	0,529	0,833	868	0,060	467	0,033	433
Brasil	0,740	0,526	0,859	1.085	0,065	625	0,042	530

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

Dados para a decomposição da renda média (1995)

Região	Renda do trabalho			Renda de aposentadorias		Outras rendas		
	Proporções			Renda média (R\$)	Proporção de beneficiários	Benefício médio (R\$)	Proporção de recipientes	Valor médio (R\$)
	PIA	PEA	POR					
Belém	0,812	0,525	0,856	1.313	0,079	1.204	0,031	826
Belo Horizonte	0,808	0,577	0,908	1.218	0,093	1.068	0,052	953
Curitiba	0,800	0,616	0,872	1.649	0,082	1.120	0,054	932
Fortaleza	0,772	0,585	0,853	896	0,075	949	0,042	534
Porto Alegre	0,812	0,612	0,883	1.498	0,117	1.164	0,055	709
Recife	0,797	0,515	0,862	902	0,092	877	0,042	532
Rio de Janeiro	0,844	0,544	0,914	1.386	0,129	1.258	0,034	933
Salvador	0,798	0,578	0,862	1.083	0,071	1.125	0,041	557
São Paulo	0,821	0,578	0,887	1.873	0,090	794	0,046	990
Total das RMs	0,818	0,569	0,888	1.502	0,099	1.032	0,044	867
Restante do Brasil	0,782	0,595	0,801	930	0,095	587	0,040	460
Brasil	0,792	0,587	0,827	1.111	0,096	721	0,041	588

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

Dados para a decomposição da renda média (2009)

Região	Renda do trabalho			Renda de aposentadorias		Outras rendas		Valor médio (R\$)
	Proporções			Renda média (R\$)	Proporção de beneficiários	Benefício médio (R\$)	Proporção de recipientes	
	PIA	PEA	POR					
Belém	0,835	0,585	0,881	905	0,079	1.100	0,093	332
Belo Horizonte	0,865	0,645	0,893	1.281	0,122	1.243	0,072	457
Curitiba	0,862	0,651	0,905	1.443	0,124	1.210	0,066	736
Fortaleza	0,839	0,596	0,872	915	0,083	1.204	0,114	303
Porto Alegre	0,859	0,617	0,904	1.322	0,145	1.286	0,072	534
Recife	0,853	0,554	0,825	1.000	0,107	1.184	0,108	326
Rio de Janeiro	0,877	0,574	0,894	1.455	0,151	1.449	0,054	562
Salvador	0,858	0,671	0,838	1.069	0,094	1.255	0,113	333
São Paulo	0,860	0,630	0,874	1.456	0,115	1.139	0,060	512
Total das RMs	0,861	0,614	0,878	1.322	0,120	1.255	0,073	461
Restante do Brasil	0,843	0,601	0,845	1.008	0,122	875	0,106	297
Brasil	0,849	0,605	0,855	1.106	0,122	985	0,096	334

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

Dados para a decomposição do L de Theil (1981/1995/2009)

Região	Fração da população		Fração da renda		Renda relativa (R\$)		Renda média (R\$)		GE(0)	
	1981	2009	1981	2009	1981	2009	1981	2009	1981	2009
	RMs	0,298	0,294	0,472	0,368	1.584	1.253	673,85	798,82	0,532
Restante do Brasil	0,702	0,706	0,528	0,632	752	895	320,07	570,17	0,574	0,512

Região	Fração da população		Fração da renda		Renda relativa (R\$)		Renda média (R\$)		GE(0)	
	1995	2009	1995	2009	1995	2009	1995	2009	1995	2009
	RMs	0,294	0,294	0,430	0,368	1.461	1.253	760,93	798,82	0,592
Restante do Brasil	0,706	0,706	0,570	0,632	808	895	420,60	570,17	0,640	0,512

Fonte: PNAD/IBGE em microdados.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Marco Aurélio Dias Pires

Everson da Silva Moura

Revisão

Laeticia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Andressa Vieira Bueno (estagiária)

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Aline Rodrigues Lima (estagiária)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

